

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 724.603 - RJ (2015/0136921-9)**

**RELATOR** : **MINISTRO ANTONIO CARLOS FERREIRA**  
**AGRAVANTE** : SUPERPESA CIA DE TRANSPORTES ESPECIAIS E INTERMODAIS  
EM RECUPERACAO JUDICIAL  
**ADVOGADOS** : SORAYA HESSE LOPES - RJ170346  
ESMAR GUILHERME ENGELKE LUCAS RÊGO E OUTRO(S) -  
RJ165256  
**AGRAVADO** : SINDICATO NACIONAL DOS CONDUTORES DA MARINHA  
MERCANTE E AFINS  
**ADVOGADOS** : ANA CRISTINA ALVAREZ BAPTISTA E OUTRO(S) - RJ074616  
JULIO CEZAR SANTA CRUZ TORQUATO - RJ171461  
RAFAELA DE OLIVEIRA DAMASCENO - RJ197155

**DECISÃO**

Trata-se de agravo nos próprios autos (CPC/1973, art. 544) interposto contra decisão que inadmitiu o recurso especial em virtude da incidência das Súmulas n. 284 do STF e 7 do STJ e da falta de comprovação da divergência jurisprudencial (e-STJ fls. 629/634).

O acórdão recorrido está assim ementado (e-STJ fl. 542):

AGRAVO INTERNO. Apelação Cível. Prestação de contas. Primeira fase. Contribuição sindical. Procedência. Sindicato dos condutores de máquinas da Marinha Mercante. Competência da justiça estadual, eis que não se trata de controvérsia acerca da representatividade de categoria profissional ou relação trabalhista, tendo a lide como escopo apenas a demonstração do recolhimento de contribuições sindicais. Preliminar de ilegitimidade passiva rejeitada. É certo que o empregador tem o dever de prestar contas dos valores descontados na folha de pagamento de seus empregados a título de contribuição sindical ao sindicato ao qual estão associados. Teor do art. 545 da CLT e dos acordos coletivos realizados entre as partes. Contas apresentadas pela ré que não suprem a pretensão autoral, bem como não preenchem os requisitos expressamente previstos no art. 917 do CPC. Decisão mantida. RECURSO DESPROVIDO.

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados (e-STJ fls. 571/576).

No recurso especial (e-STJ fls. 596/604), fundamentado no art. 105, III, "a", da CF, a agravante apontou ofensa aos arts. 3º, 267, VI, 535 e 914, I e II, do CPC/1973 e 579, 580, I e II, 582 e 583 da CLT. Sustentou, em síntese, falta de prestação jurisdicional, ilegitimidade passiva e incompetência da justiça estadual.

No agravo (e-STJ fls. 683/696), afirma a presença de todos os requisitos de admissibilidade do especial.

Contraminuta às fls. 712/719 (e-STJ).

É o relatório. Decido.

O recurso especial e o agravo nos próprios autos foram interpostos com fundamento no CPC/1973, motivo por que devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma nele prevista, com as interpretações dadas pela jurisprudência desta Corte

# Superior Tribunal de Justiça

(Enunciado Administrativo n. 2/STJ).

Não há falar em afronta ao art. 535 do CPC/1973, pois a agravante limitou-se a apontar violação do referido artigo, não especificando, de forma clara e precisa, como e em que medida o acórdão recorrido o teria afrontado. Portanto, incide no caso, por analogia, a Súmula n. 284 do STF.

Ademais, esta Corte não exige prequestionamento expresso dos artigos tidos como violados, bastando que as matérias objeto de controvérsia tenham sido apreciadas.

A respeito da alegada incompetência da justiça estadual, verifica-se que a agravante não teceu qualquer argumento referente ao tema a fim de defender a sua posição, o que demonstra deficiência em suas fundamentações. Desse modo, o recurso esbarra, uma vez mais, no impedimento da Súmula n. 284/STF.

Por fim, quanto à legitimidade passiva da empresa, o Tribunal de origem afirmou que o provimento da ação era decorrente do fato de a recorrente efetuar os descontos diretamente da folha de pagamento de seus empregados, *in verbis* (e-STJ fl. 512):

Sabe-se que a ação de prestação de contas compete a quem tem o direito de exigi-las ou a obrigação de prestá-las, nos termos do art. 914 do Código de Processo Civil.

8. Com efeito, a questão única a ser discutida na primeira fase do procedimento é a existência ou não do dever de prestar contas por parte da empresa ré dos valores descontados na folha de pagamento de seus empregados a título de contribuição sindical.

9. É certo que o empregador tem o dever de prestar contas dos referidos valores ao sindicato ao qual seus empregados estão associados. Tal obrigação decorre de lei (art. 545 da CLT) e dos acordos coletivos de fls. 63/111 (Cláusulas 35ª (fls. 75), 31ª e 32ª (fls. 104)), que evidenciam que a empresa ré efetuará os descontos das contribuições em tela (ajuda educativa, contribuição assistencial, contribuição confederativa e mensalidade sindical) de seus empregados representados pelo sindicato autor.

No entanto, a recorrente deixou de atacar esse fundamento, limitando-se a argumentar no recurso especial, de forma genérica, ilegitimidade passiva. Não havendo impugnação dos fundamentos do aresto recorrido, incide, no caso, a Súmula n. 283 do STF.

Ante o exposto, NEGÓ PROVIMENTO ao agravo.

Publique-se e intemem-se.

Brasília-DF, 28 de novembro de 2019.

Ministro **ANTONIO CARLOS FERREIRA**

Relator